

Itamar determina programa urgente contra recessão

HELVIAL RIOS

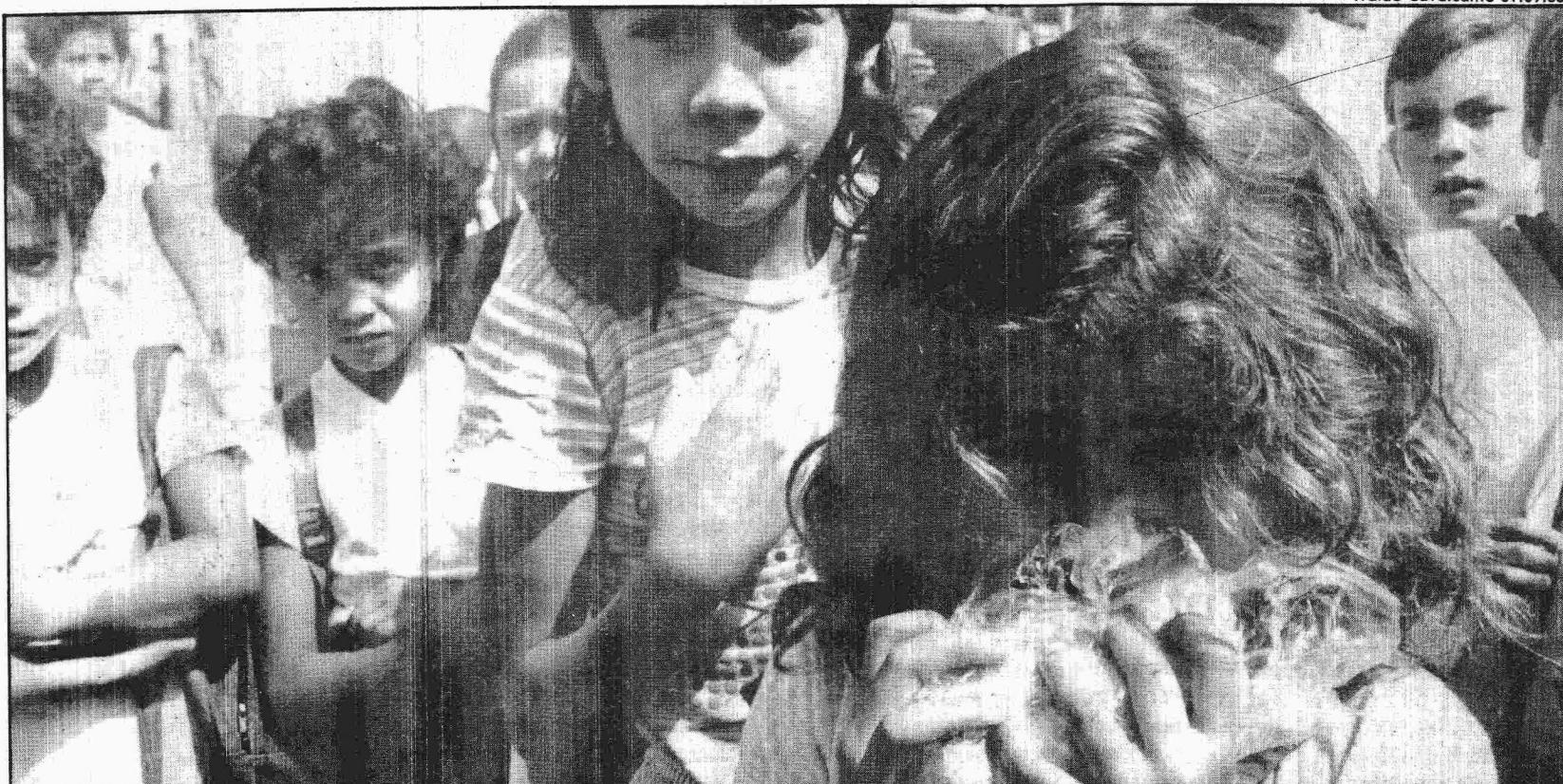
O presidente Itamar Franco determinou aos ministros Paulo Haddad (do Planejamento) e Gustavo Krause (da Fazenda) que elaborem, com urgência e em entendimentos com todos os outros ministérios, um programa social de emergência, que será deflagrado no início do próximo mês. O programa, segundo informações concedidas no Ministério do Planejamento e Coordenação ao Jornal de Brasília tem três prioridades máximas: criação de empregos urbanos; aumento da produção de alimentos; e garantia da merenda escolar.

Com este programa de emergência social, o presidente Itamar Franco quer dar início, de fato, no seu período de governo, ao enfrentamento dos graves efeitos recessivos provocados pela política econômica, segundo os informantes da Seplan, para quem o programa encomendado é o fim da retórica e do discurso e o início da prática na luta que o governo pretende deflagrar pela redução dos pesados déficits sociais do País.

O programa vai implicar num descontingenciamento de recursos orçamentários de 1992 para aplicação imediata. A primeira reunião para discussão do programa, de onde sairão os números iniciais sobre o montante de aplicação de recursos e de criação de empregos em todo o País, será feita neste início de semana, no Palácio do Planalto. Vão participar todos os secretários executivos dos ministérios com o ministro Paulo Haddad.

Cada secretário executivo ficou de levar para a reunião, no Palácio do Planalto, uma listagem das suas prioridades absolutas, mas tendo como enfoque principal a geração de empregos.

Ao comentar sobre este programa de emergência social, o ministro do trabalho, Walter Barelli, disse que desde o primeiro momento em que assumiu, a maior preocupação do presidente Itamar Franco sempre foi com o chamado "salário zero", ou seja, com o cada vez



Programa dá prioridade máxima à criação de empregos urbanos, aumento da produção de alimento e garantia da merenda escolar

maior contingente de desempregados do País.

Assim, não basta ao governo querer implantar uma nova política salarial no País, de modo a garantir a recuperação da perda constante do poder aquisitivo da classe trabalhadora e criar uma política específica para elevar e proteger de quedas reais o salário mínimo. A primeira iniciativa do governo deve ser a de dar emprego a quem não o tem, ou seja, a de reduzir o contingente de trabalhadores na faixa do salário zero ou nas filas do seguro-desemprego.

Em vez de se optar para a criação das tradicionais frentes de emprego, como ocorria em períodos de secas prolongadas e de calamidades, o atual governo optou por buscar a criação de empregos ativando os seus próprios programas que já contam com dotações orçamentárias. Após um exame cuidadoso de cada programa sugerido pelos secretários executivos de todos os ministérios, o ministro Paulo Haddad definirá quais os programas selecionados e o montante de recursos disponíveis para o descontingenciamento.